



Diário Económico

02-04-2015

Periodicidade: Diário	Temática: Administração Pública
Classe: Economia/Neócios	Dimensão: 1210
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 18714	Página (s): 1/13

Auditoria revela que Autoridade Tributária não consegue garantir dever de sigilo fiscal — P13

Consulta de dados de Passos destapa descontrolo no Fisco

Auditoria Comissão Nacional de Protecção de Dados identifica falhas graves no tratamento dos dados fiscais dos portugueses. Estado não consegue garantir o dever de sigilo fiscal.

Bruno Faria Lopes
bruno.lopes@economico.pt

No meio da polémica sobre o tratamento de dados dos contribuintes há duas histórias relevantes para os portugueses, confirma o relatório da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD).

A primeira, que tem recebido mais atenção política, diz respeito à forma opaca e não escrutinada como foi criada uma “lista VIP” de titulares de cargos públicos cujos dados fiscais mereciam um controlo dos acessos.

A segunda, a mais estrutural e importante, foi completamente destapada pelo relatório publicado esta semana pela CNPD: a Autoridade Tributária (AT) não está hoje em condições para garantir padrões mínimos de cumprimento do dever de sigilo fiscal, o que implica um trabalho profundo e urgente de reforma no funcionamento do Fisco.

As duas histórias estão relacionadas - mas são diferentes.

O mais importante: no Fisco os nossos dados estão a saque

O trabalho de investigação e inquérito da CNPD, justificados legalmente com a percepção de que houve acesso indevido a dados fiscais e contributivos do primeiro-ministro (publicados “em diversas notícias”), durou cerca de uma semana. Só neste curto período de tempo, o que os técnicos da Comissão encontraram é avassalador para o funcionamento da AT. Em resumo: há demasiadas pessoas (11.600) com acesso à totalidade dos dados fiscais dos contribuintes, numa cultura de enorme falta de controlo e desrespeito pelo tratamento dos dados (ver pontos detalhados nas caixas ao lado).

“Essa informação pessoal, importa sublinhar, abarca múltiplas vertentes da vida dos cidadãos, permitindo à Administração Pública, e a este organismo [AT] em especial, um conhecimento profundo da vida privada do cidadão”, indica a

Paulo Alexandre Coelho

Passos garantiu ontem que vai recomendar ao Fisco para impeça a devassa de dados privados.



“

É por demais evidente que a dimensão dos tratamentos de dados pessoais aqui envolvidos afecta o conteúdo dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Comissão Nacional de Protecção de Dados
Relatório sobre tratamento de dados no Fisco

CNPD. “É por demais evidente que a dimensão dos tratamentos de dados pessoais aqui envolvidos afecta, restringindo seriamente, o conteúdo dos direitos fundamentais dos cidadãos”, indica a CNPD, citando os direitos constitucionais à reserva da vida familiar e privada e à protecção de dados pessoais.

Este “conjunto de acessos claramente excessivo” é também “indiciador de ilicitude”, conclui a CNPD, que numa passagem anterior realça que “omissões [no escrutínio dos acessos] fogem ao controlo do Conselho para a Prevenção da Corrupção”. A situação é passível de afectar não só contribuintes singulares, como empresas.

A CNPD critica duramente a ausência de legislação “que regule especificamente os dados pessoais” a que a AT tem acesso e conclui que “tal acontece aparentemente por opção político-legislativa”, dados os repetidos avisos da Comissão. Sob pressão no caso da lista VIP, o primeiro-ministro avançou ontem no debate quinzenal que o Governo fará “recomendações”

ao Fisco “muito rapidamente”, para evitar a devassa de dados privados.

A lista que existiu e que levou a emails apagados

O relatório tem uma segunda leitura, sobre o caso da lista VIP. Também aqui é demolidor para o Fisco e, por arrasto, para a tutela do secretário de Estado Paulo Nuncio (que ontem voltou a ouvir exigências de demissão do Bloco de Esquerda).

A CNPD confirma a existência da lista que o Governo e o ex-director-geral dos impostos negaram, e que é constituída por quatro nomes: Passos Coelho, Cavaco Silva, Paulo Portas e, por acrescento, Paulo Nuncio (no contexto de uma auditoria por alegado acesso indevido, auditoria que a CNPD não conseguiu detectar).

Além de confirmar a lista, a CNPD aponta o dedo ao director da Área de Segurança Informática do Fisco, João Paulo Morujão, que apagou emails enviados por si sobre o assunto - emails a que os investigadores da CNPD resgataram nos servidores da AT. ■

PECADOS NO FISCO

Todos acedem

Há pelo menos 11.600 pessoas com acesso aos nossos dados fiscais. Cerca de 9.200 são funcionários do Fisco (75% do total), que podem aceder de qualquer ponto do país e sem controlo. Os restantes são de entidades privadas e externas.

Estagiários e tudo

Nas mais de duas mil pessoas com acesso a dados fiscais dos portugueses estão “estagiários e tarefeiros contratados pelos serviços de Finanças”, indica a CNPD. Há também empresas com muitas pessoas autorizadas a aceder, como a Accenture.

Chefes não ligam

A CNPD critica duramente a cultura de desrespeito pelos dados patente nas chefias do Fisco. Os procedimentos sobre tratamento de dados são demasiado informais e não deixam rasto. No caso da lista VIP houve emails sobre o assunto que foram apagados por chefias.

Acesso sem regras

Há muita gente a aceder sem controlo formal das chefias e sem regras claras que justifiquem o acesso. A CNPD critica a ausência de legislação que regule o tratamento que o Fisco dá aos dados dos contribuintes - e indica que a sua protecção é um direito constitucional.

Houve lista VIP

A CNPD confirma que a lista VIP existiu e funcionou (identificou um acesso não justificado aos dados de Passos e outro aos de Cavaco Silva). A CNPD critica o processo não escrutinado do Fisco e denuncia que algumas chefias apagaram emails sobre o assunto para dificultar a investigação.